

Mais taxas nas delegacias de polícia

Ir a uma delegacia de polícia pode passar a custar caro para os cidadãos de Brasília. É que um projeto de lei complementar, de autoria do Executivo, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa, estipula mais dez taxas para os serviços prestados pela Polícia Civil. Quem se envolver em um acidente de trânsito e tiver de consertar o carro, por exemplo, terá de desembolsar R\$ 7 pela autorização para conserto e mais R\$ 9 pela ocorrência.

O PLC 117/2005 altera o inciso IV, artigo 17, da Lei Complementar 264, de 1999. Ela acrescenta mais dez serviços aos 26 que já eram cobrados e constituirão receita adi-

cional do Fundo de Reequipamento dos Órgãos Integrantes da Segurança Pública (Fundef). O projeto foi aprovado na CCJ por três votos a favor (Júnior Brunelli, PP; Expedito Bandeira e Anilcéia Machado, ambos do PMDB) e um contra. Agora segue para análise em plenário.

O voto contra foi proferido pelo deputado Chico Vigilante. Na sua exposição de motivos, ele declarou que é contrário à medida porque "é uma taxa para a população que arca com uma alta carga tributária e, além do mais, o Estado quer cobrar por serviços que é obrigado a fornecer". "É mais uma maneira de extorquir, de forma pesada, o cidadão. É

um absurdo. Estão estipulando preço até para recuperar objetos roubados", disse.

JUSTIFICATIVA - Na mensagem do governador para o presidente da Câmara, deputado Fábio Barcellos, o Executivo justifica o aumento no número de serviços taxados com o "surgimento de novos serviços administrativos, em função das novas necessidades criadas pelo crescimento da população e, conseqüentemente, da criminalidade no DF".

Segundo o documento, "os últimos acontecimentos ocorridos na cidade confirmam a necessidade premente de investimentos na modernização dos equipamentos da PCDF". O tex-

to diz, ainda, que o Fundo de Reequipamento dos Órgãos Integrantes da Segurança Pública (Fundef) "representa a principal fonte de recursos para investimentos da Polícia Civil, tendo em vista que a receita atual do DF não comporta grandes gastos nesse setor, ante sua enorme área de abrangência social".

De acordo com a líder do governo na Câmara Legislativa, deputada Anilcéia Machado, o projeto ainda será debatido em plenário e pode até sofrer mudanças. "Por enquanto, nós o apreciamos apenas sobre a legalidade. Vamos conversar com a Secretaria de Segurança e fazer o debate político com os demais membros da Casa", disse.